



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA  
1<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 7<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 31<sup>a</sup>  
(TRIGÉSIMA PRIMEIRA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 22 DE ABRIL DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Vigilante a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 29<sup>a</sup> Sessão Ordinária;
- Ata da 30<sup>a</sup> Sessão Ordinária.

Dá-se início ao



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	2

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na tarde de hoje eu quero abordar dois assuntos. O primeiro, Deputado Bispo Renato Andrade, é uma posição do Governador Rodrigo Rollemberg que eu julgo correta. Há pouco, na reunião de líderes, o Marcão, secretário de assuntos legislativos, anunciou que eles estão retirando aquele malfadado projeto das administrações.

Acho isso positivo. Eu tinha certeza absoluta de que esse projeto não passaria nesta Casa, tanto é que a posição mais sensata é realmente a retirada dele. Temos que discutir a questão dos conselhos. Nós da bancada do Partido dos Trabalhadores apresentamos uma proposta: mantemos as administrações do jeito que estão. Além disso, estamos discutindo a questão dos conselhos.

Do meu ponto de vista, não basta manter as administrações; é fundamental equipá-las: colocar engenheiros, arquitetos, pessoas com capacidade real de ajudar na gestão dos problemas da cidade.

Deputada Luzia de Paula, nós moramos em Ceilândia. Ceilândia hoje é uma verdadeira tábua de pirulito. Nunca vi tanto buraco como tem hoje a Ceilândia, porque a administração não tem equipamento quase nenhum. Os que ainda existem estão impossibilitados de operar, porque eram operados por trabalhadores de livre provimento, que não estão mais lá. As máquinas estão paradas. É importante ter tratores, ter aqueles equipamentos de compactar o asfalto, ter as caçambas para transportar o asfalto. Não se pode deixar tudo centralizado na NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Ela é uma empresa importante, tem condição realmente, mas há que descentralizar e dar autonomia para que as administrações, Deputado Bispo Renato Andrade, possam fazer o papel delas.

A parte mais próxima efetivamente da população é o administrador. Eu hoje tenho pena do pobre do administrador da Ceilândia, porque não pode fazer nada, a não ser que ele compre um facão e vá para a rua – lá no Pará chamam de terçado, no Maranhão chamam de cutelo – cortar a grama, porque está ruim, Deputado Ricardo Vale. A mesma coisa acontece em Sobradinho. Administrações mantidas sem os equipamentos e sem as pessoas capacitadas para gerenciá-las não vão resolver muita coisa. Portanto, é importante que isso aconteça efetivamente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	3

O segundo ponto, Presidenta Deputada Celina Leão – eu já trouxe essa denúncia e a trago aqui novamente –, é uma situação gravíssima que está acontecendo com relação à Secretaria de Educação do Distrito Federal. No Governo Agnelo, nós adquirimos 106 ônibus através do FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. São ônibus modernos, todos eles adaptados. Ônibus, inclusive, para atuar na área rural, com tração nas quatro rodas para fazer o transporte dos alunos.

Esses ônibus eram gerenciados pela TCB, havia um contrato. A TCB tem a oficina, tem as garagens, tudo para a manutenção desses ônibus. O que fez o Secretário de Educação do Distrito Federal? Rompeu o contrato com a TCB e passou os ônibus para empresas privadas. Portanto, o patrimônio público adquirido está sendo entregue a empresas privadas.

Ontem, Presidente Deputada Celina Leão, era feriado, mas eu fui a Brazlândia conferir a situação dos ônibus. Existe lá o que nem dá para chamar de empresa. Os ônibus estão largados dentro de um terreno que foi alugado. Lá não há oficina, não há mecânico, não há absolutamente nada. Vão usar aqueles ônibus, vão depená-los, e é o patrimônio público que foi transferido para a iniciativa privada.

Eu quero aqui chamar a atenção do Governador Rodrigo Rollemberg para esse fato gravíssimo que está acontecendo no âmbito da educação. Presidenta, Deputada Celina Leão, V.Exa. fiscalizava de perto a gestão. Eu nunca vi pegar patrimônio – porque é patrimônio, está tombado para o GDF – e passar para uma empresa privada sem autorização desta Câmara Legislativa. Nós não autorizamos passarem os ônibus para a iniciativa privada. Portanto, é ilegal, é imoral o que está acontecendo.

Eu produzi um vídeo – estou distribuindo-o aí – que mostra a situação de descaso que está havendo com o patrimônio público, que está sendo apropriado indevidamente por uma empresa privada. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante. Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Presidente, meus colegas e minhas colegas, não é muito comum que eu venha à tribuna. Tenho procurado fazer o debate sobre algumas questões.

Aqui há grandes debatedores, nós temos uma Casa com grandes debatedores, mas quero me referir, Presidente Deputada Celina Leão, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Bispo Renato Andrade, Deputado Rodrigo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	4

Delmasso, Deputado Lira, Deputada Luzia de Paula, meu Líder, Deputado Chico Vigilante, e Deputado Ricardo Vale, a uma decisão, a meu ver – Presidenta, permita-me dizer –, acertada do Governador Rodrigo Rollemberg.

Desde que chegou aqui, o projeto relativo às modificações nas administrações sofria censura, não em função do objetivo de contenção de despesa, de corte na própria carne. Aqui a minha impressão é que ninguém foi contra isso. O de que se reclamou foi outra coisa. Quando estivemos com o Governador Rodrigo Rollemberg – o Deputado Ricardo Vale, o Deputado Wasny de Roure, o Líder, Deputado Chico Vigilante e eu –, levamos essa proposta formalmente.

Eu, quando estive sozinho com o Governador fazendo o debate sobre o Parque de Águas Claras, também levei esta proposta, que era simples: se quer economizar, corte nos cargos comissionados. É simples. Profissionalize a administração, mas não tire – e é disso que todo mundo sempre reclamou – a autoestima das cidades, esse sentimento que cada cidade tem. Às vezes a administração pode até não conseguir fazer muita coisa, porque está engessada, porque não tem autonomia, mas cada cidade tem esse sentimento porque há lá um representante, como se fosse uma prefeitura comunitária institucional, daí a importância da legitimação de quem ocupa o cargo de administrador.

Então, qual é a minha proposta? Fiz meu parecer e para isso contei em parte com a parceria honrosa do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que, aliás, já tinha emitido a posição antecipadamente aqui, diga-se de passagem. Minha proposta era, primeiro, profissionalizar as administrações, dando oportunidade a servidores e servidoras de carreira concursados de trabalharem perto do lugar onde moram, de trabalharem na sua cidade, Deputado Bispo Renato Andrade.

Então, um morador da Ceilândia, suponhamos que seja engenheiro e que está hoje lotado aqui no Buriti, teria oportunidade de trabalhar na sua administração, teria oportunidade de trabalhar na administração da sua cidade e resolver aqueles problemas da aldeia. Quem não resolve os problemas da aldeia não tem condição de se propor a resolver os problemas do mundo. Pois bem, seria primeiro isso. Isso levaria à profissionalização das administrações, pois nós teríamos efetivos, concursados, gente que é empregada do Estado e não do governo de plantão.

Segundo, na redução, se faria reserva – quer dizer, a primeira é que, aliás, já está no nosso substitutivo, redigido pelo nosso consultor José Willemann – de no mínimo 50% de cada administração para ser ocupado por efetivo – para mim, teria que ser 100%, mas começariamos com 50%. Em seguida – aí a parceria com o Deputado Prof. Reginaldo Veras –, 75% dos cargos comissionados seriam reservados a efetivos, concursados, servidores de carreira, que têm compromisso com o Estado.

Não estou querendo dizer que o servidor comissionado é ruim e que o servidor concursado está acima de qualquer debate. Não é isso o que estou querendo dizer. Eu quero dizer que aquele concursado que entrou por essa via, que buscou um lugar ao sol por seus méritos, pode, nesse processo de profissionalização,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	5

ter uma relação com o Estado e com a população e não com esse ou aquele governo. Dessa forma, pode entrar o governo de partido x ou de partido y, que ele continuará tendo uma relação com a comunidade, efetivamente. Não significa também que ele não tenha bandeira partidária ideológica. Todos temos – aliás, eu desconfio muito de quem diz que é neutro. De quem diz que é neutro, eu sempre tenho receio.

Então, qual é a proposta efetivamente?

Primeiro: a profissionalização com a possibilidade de redistribuição de servidores e servidoras. Segundo: o corte efetivo dos cargos em comissão. Acho que o cargo em comissão deve ser só para aqueles dirigentes da Administração, como diz efetivamente a Constituição. Terceiro: a reserva dos cargos comissionados que restarem – evidentemente, os cargos de direção são comissionados e precisamos dar justiça ao trabalho nessa proporção – seria de 75%. É uma emenda apresentada ao projeto pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras e por mim, para efetivos, para concursados. Dessa forma, nós teríamos a profissionalização da administração pública em geral e teríamos, nesse mesmo passo, uma redução dos gastos, um corte nas gorduras, onde houver.

É possível fazer tudo isso, Deputado Ricardo Vale, sem precisar tirar a autoestima das cidades, sem precisar desnaturar, sem precisar tirar a Administração do Cruzeiro, sem precisar tirar a Administração do Núcleo Bandeirante, sem precisar tirar a Administração da Fercal. Enfim, sem precisar extinguir o elo entre a comunidade e o Governo do Distrito Federal. Essa é a nossa tese. Essa é a tese que nós – o Líder e Deputado Chico Vigilante, o Deputado Ricardo Vale e o Deputado Wasny de Roure – debatemos internamente no partido. Essa é a tese que levei ao Governador Rodrigo Rollemberg e em que tenho muita esperança.

Quero aqui fazer um elogio à retirada do projeto: o gestor, o estadista sabe quando avançar, mas também sabe como recuar, sabe como abrir o debate para acertar, porque é tudo em favor da população. Então, quero elogiar o Governador Rodrigo Rollemberg.

Quero observar, Sra. Presidenta, que V.Exa. como Presidenta da Casa, como dirigente maior desta Casa Legislativa, podia, efetivamente, liderar esse movimento de debate acerca desse corte, para ajudar o governo a cortar. O governo quer cortar, quer o sacrifício da população? Precisa cortar na própria carne. O Deputado Chico Vigilante já disse, em outras várias passagens, que o partido está à disposição, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem o Distrito Federal completou 55 anos de vida. Infelizmente, na véspera do aniversário, mais um policial militar foi morto no DF. Já é a segunda morte de um policial. Ficamos nos perguntando onde vai parar tanta violência na nossa cidade. Mais uma vez, foram jovens envolvidos com a criminalidade. Eles foram assaltar a esposa desse policial e acabaram trocando tiros. Enfim, mais uma vítima da violência na nossa cidade.

Eu pergunto o que vamos fazer? O que o Governo do Distrito Federal vai fazer? O que esta Casa vai fazer? Porque, agora mesmo, eu acabei de receber uma mensagem que diz que mais um jovem tombou em Sobradinho II, mais um jovem acaba de ser assassinado. Inclusive, eu acabei de ver a foto. Então, o que vamos fazer? O que o governo vai fazer? O que esta Casa vai fazer? Porque, se não começarmos a criar políticas públicas para tirarmos a nossa juventude da criminalidade, essa violência não terá fim. Se não abrirmos oportunidades para os jovens na periferia, se não procurarmos educar melhor os nossos jovens, dar oportunidades, cursos, oportunidades de emprego... Os próprios policiais já estão sendo vítimas da violência que assola todos nós. Então, precisamos fazer alguma coisa. Morre um, morre outro, morre outro jovem, e vimos aqui, lamentamos, fazemos pronunciamentos extremamente duros, mas concretamente não fazemos nada.

A nossa polícia está desestimulada, está mal equipada, está despreparada. A nossa juventude está perdida, sem perspectiva nenhuma de transformação e de melhoria da sua qualidade de vida e da sua família. Onde vamos parar com esta violência toda?

Então, eu gostaria de dizer para vocês que me solidarizo com a família. Inclusive, esse policial foi assassinado na quadra em que vivi na minha infância e na minha adolescência, a quadra 11 de Sobradinho. Essa quadra já foi muito tranquila. Nessa quadra, saímos tarde de casa e voltávamos de madrugada, e não havia problema nenhum. Nós andávamos tranquilos nesta cidade. Hoje, infelizmente, durante o dia, as pessoas não podem nem sair de casa ou chegar em casa, porque estão sendo assaltadas, estão sendo mortas. Enfim, precisamos, urgentemente, mudar a política pública com relação à nossa juventude, senão a violência aumentará cada vez mais no Distrito Federal e, infelizmente, esta cidade, que já foi uma cidade símbolo da tranquilidade e da paz, tornar-se-á uma cidade violenta, como já é a maioria das cidades do nosso País.

Sra. Presidente, eu também gostaria de lamentar o fato de que tenho recebido muitas mensagens dos policiais militares dizendo que as suas famílias não estão podendo usar seu plano de saúde em vários hospitais, porque parece que o Governo do Distrito Federal não está pagando esses planos de saúde. Esses policiais já vivem em uma situação muito difícil. Esses policiais já não dispõem de uma boa estrutura para trabalhar, recebem salários ruins, e, ainda, as suas famílias, seus filhos e esposas não estão podendo utilizar seu plano de saúde. Então, eu gostaria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	7

de pedir a esta Casa e ao Governo do Distrito Federal que resolvam essa situação o mais rápido possível.

Eu gostaria de lamentar, mais uma vez, toda esta violência que assola nossa querida Brasília.

Era isso que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Ricardo Vale, obrigada.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente. Seja bem-vinda de volta à sua Casa, à nossa Casa. Sras. e Srs. Deputados, imprensa, nossos amigos da galeria, nós comemoramos, na última segunda-feira, o aniversário de Brasília. É claro que nós não temos muito a comemorar, mas algumas coisas boas também aconteceram.

Quando eu digo que nós não temos o que comemorar, Deputado Chico Leite, Deputado Chico Vigilante... V.Exa. falou há pouco da nossa querida Ceilândia, Deputada Luzia de Paula. Eu espero que eu não seja preso, mas havia uma situação no Sol Nascente tão ruim que tivemos que arrumar alguns caminhões de cascalho para colocar lá, para, pelo menos, a população poder sair de casa. Aquilo que está ao nosso alcance, esperamos poder realizar, dando as mãos aqui com a Deputada Luzia de Paula, da nossa querida cidade de Ceilândia. Nós só queremos o bem da nossa cidade, que nos deu tudo aquilo que nós temos até hoje.

Mas tivemos coisas boas também. Eu gostaria de parabenizar Dom Sérgio da Rocha como novo Presidente da CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. É um orgulho para nossa cidade ter como Presidente da CNBB alguém daqui de Brasília. Logicamente, eu sou evangélico, mas tenho que parabenizar Dom Sérgio por esta vitória e também o Sr. Paulo Maia, da Federação Espírita de Brasília, pelo evento maravilhoso que aconteceu no Centro de Convenções voltado a tratar de fraternidade e paz, aquilo de que estamos tanto precisando aqui no Distrito Federal. Que haja essa conjunção de forças para que possamos mudar a história desta cidade depois de 55 anos.

Eu gostaria de parabenizar também o meu amigo Paulo Octávio, que lançou a sua obra de número 700 ontem também no aniversário de Brasília. Foi uma coisa marcante, já que, a cada ano, alguma coisa nova se apresenta também aqui no Distrito Federal.

Quero continuar a minha lamentação, Deputado Chico Leite, Deputado Ricardo Vale, Deputado Agaciel Maia, nossos nobres Deputados que aqui estão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	8

Chegou a esta Casa a indicação do Sr. Geraldo Lourenço – meu amigo, pessoa que eu respeito e admiro, mas que, a meu ver, não é a pessoa mais certa para um cargo dessa envergadura – para a BRB Financeira. Esta precisa de pessoas que tenham uma capacidade diferenciada. Pela primeira vez nos últimos anos, a BRB Financeira estava tendo superávit, com uma pessoa capacitada, de carreira. Eu não entendo o nosso Governador Rodrigo Rollemberg dizer que quer valorizar o servidor de carreira, mas, ao mesmo tempo, tirar o André, que estava fazendo um trabalho maravilhoso à frente da BRB Financeira, para colocar alguém que nem de carreira é. É preciso valorizar o servidor de carreira, que entende da situação, sabe o que está fazendo e ama aquela instituição, que é o nosso querido Banco de Brasília.

Continuando a nossa Iamúria, eu fiz uma postagem em que dizia que a polícia pede socorro após o assassinato do nosso querido policial lá em Sobradinho. Mas o que mais lamentamos, Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, é o plano de saúde dos policiais. Quando é que haverá sensibilidade por parte do nosso Governador, que é um homem do bem e que tem uma proposta nova para o Distrito Federal, mas não valoriza o nosso policial? É preciso resolver em definitivo essa questão do plano de saúde dos policiais militares para que eles – os policiais e seus familiares – possam ter o atendimento adequado que merecem. Já que trabalham com tanta dificuldade no dia a dia, o mínimo que poderiam ter seria um tratamento de saúde com qualidade e um bom atendimento quando precisassem.

Ainda nessa linha da segurança, ontem, dia 21, também foi o Dia da Polícia Civil. E, até no plano de saúde do policial civil, o ressarcimento é de apenas 90 reais. É interessante, meu amigo, Deputado Rafael Prudente, que só as coisas ruins chegam para o policial civil e o policial militar: morte, destruição de família, prisão, droga. Olhem como está a condição psicológica e a saúde mental destes policiais. E, quando precisam de um atendimento de saúde de qualidade, não têm – nem o policial civil nem o policial militar.

Então, fazemos esse apelo ao nosso Governador. Pena que o Líder do Governo não está aqui, mas está o Líder da maioria, que é o Deputado Agaciel Maia. Que V.Exa. possa fazer esse apelo ao Governador, para que o plano de saúde do policial militar seja resolvido imediatamente, bem como essa questão da Polícia Civil do Distrito Federal, pois o ressarcimento é de apenas 90 reais.

Quero parabenizar o nosso policial civil pelo seu dia, o dia 21 de abril, e trazer aqui, é claro, os nossos parabéns para o Distrito Federal. Todos que amamos esta cidade só queremos o bem dela.

Desejamos que o Governador Rodrigo Rollemberg faça um bom governo. Espero que ele deixe essa marca e essa boa convivência com a população, ouvindo todos, para que possamos, em uma conjunção de forças, mudar a história do Distrito Federal.

Que Deus abençoe a todos! Uma boa tarde!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Bispo Renato Andrade.

Eu gostaria de cumprimentar o pessoal que nos visita hoje na galeria. Acho que são capoeiristas. É isso, Deputado Prof. Reginaldo Veras? Eu já joguei capoeira há muitos anos. Sejam muito bem-vindos à Câmara Legislativa! O Deputado Prof. Reginaldo Veras, do nosso partido, falou que vocês viriam.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de abordar um assunto específico hoje, a respeito de Planaltina, que é uma das regiões administrativas do Distrito Federal, a RA VI, considerada a cidade mãe de Brasília, por já existir na região onde seria instalada a futura Capital. Tem atualmente 1.534 quilômetros quadrados e conta com aproximadamente 234 mil habitantes, segundo dados fornecidos pelo próprio governo.

A rodoviária de Planaltina, por onde passam milhares de trabalhadores, foi inaugurada em 16 de fevereiro de 1977, passando todo esse tempo por pequenas reformas pontuais.

Hoje, Deputado Chico Vigilante, da rodoviária de Planaltina, diariamente, 20 mil pessoas que partem para vários destinos, dentro e fora do Distrito Federal. Dezoito mil chegam de alguma parte de dentro ou de fora do Distrito Federal. Esses dados são fornecidos pelo pessoal do DFTrans, que trabalha no terminal.

No local, encontram-se comércios como lanchonetes, farmácias e bancas diversas. As condições desse terminal, Sra. Presidente, são deprimentes. Falta tudo e os banheiros são malcheirosos e quebrados. A acessibilidade lá é zero. Segurança, não existe e a limpeza e a conservação são muito precárias, Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Pasmem! Já existe um contrato assinado pelo GDF para a reforma do terminal. No extrato publicado na página 27 do Diário Oficial do Distrito Federal nº 268, de 23 de dezembro de 2014, consta o contrato nº 19/2014, já com um processo definido. E, no dia 27 de janeiro de 2015, foram nomeados os executores, já dentro do atual governo, na página 31 do Diário Oficial.

Até agora não foi feito nada. Quero fazer esse apelo exatamente, Sras. e Srs. Deputados, porque está na hora de começarmos a trabalhar! Já estão, inclusive, nomeadas as pessoas que vão acompanhar a execução dessa obra do terminal rodoviário de Planaltina. Temos que começar a trabalhar! Não há condições de um terminal, Sra. Presidente, por onde passam praticamente 40 mil pessoas por dia, estar no estado precário em que se encontra, sem que haja uma reforma! Ou seja, quem finda pagando e sofrendo são exatamente os trabalhadores que precisam ir a esses terminais rodoviários nessas condições tão precárias.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	10

Eu queria fazer um apelo ao governo. Vou fazer isso por escrito, mas quero pedir à Presidência que faça esse encaminhamento, no sentido de que comecem logo essas obras, para que se dê mais conforto a milhares de trabalhadores que já sofrem bastante com esses ônibus que demoram tanto. Às vezes, perdem-se duas ou três horas para se chegar ao trabalho e, nos momentos em que é preciso esperar no terminal, os banheiros, em uma cidade tão importante como Planaltina, não oferecem uma mínima condição de conforto.

Sra. Presidente, era essa a cobrança que eu queria fazer. Já está publicado, já foi licitado e já estão nomeados até os executores da reforma do terminal rodoviário de Planaltina. Vamos dar o pontapé inicial e começar essas obras!

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, nobres pares, galeria, boa tarde a todos.

Sra. Presidenta, seja muito bem-vinda! É muito bom ver V.Exa. de volta. V.Exa. estava fazendo muita falta nesta Casa. Não que a Deputada Liliane Roriz não estivesse fazendo um bom trabalho, mas o fato é que V.Exa. é sempre bem-vinda.

Muito obrigado.

Meus pares, hoje não vou gritar, vou falar mansinho, porque gritar não resolve o problema.

Eu não sei aonde vamos chegar, Deputado Chico Vigilante. Pergunto isso a V.Exa., que foi muitas vezes vigilante. Não sei aonde vamos chegar, neste nosso país. Mais um irmão de farda morreu por ser policial, e eu fico consternado ao ver isso.

Sra. Presidenta, quero aqui deixar o meu repúdio, a minha raiva e tudo o mais que puder existir de raiva, de dor, pela morte desse outro policial. Já é o quarto ou quinto policial que morre no Distrito Federal, nesses dias – fora a população, que já está açodada. Se os policiais, que nos dão segurança, estão morrendo, imaginem, Deputado Professor Reginaldo Veras, o que está acontecendo com a população!

Nós, que somos representantes do povo, que fomos eleitos, chegamos ao ponto de ter que cobrar daqueles que podem legislar que façam alguma coisa na legislação, para que possa melhorar essa situação.

Essa falácia de social, essa conversa de que tem de fazer escola, isso tudo, todos já falaram. Mas ninguém faz nada, e o povo está morrendo! A polícia está morrendo! Daqui a pouco, serão os políticos, os juízes, os promotores. Aonde é que vai parar esse trem? Venho falando isso há muitos anos e ninguém acredita.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	11

Mataram um policial na porta de casa. Adivinhe quem matou, Deputado Professor Reginaldo Veras? Um menor. Mais um menor. É aquela desgraça daquele 1% que venho falando que tem de ir para a cadeia! Ninguém acredita! Mais um menor!

Enquanto não tomarmos providências para ter um código penal com leis mais rígidas, um código de processo penal mais célere... Benefício para preso? Nenhum! É cumprir a prisão na integralidade, senão as coisas não vão melhorar. Porque tudo já foi feito.

“Ah! É porque está faltando social!” A Dilma e o Lula deram bolsa de tudo para esse povo. Fizeram o social para todo mundo, e não tem jeito!

O que mais falta fazer? Vamos fazer um pouquinho do que eu estou falando! Vamos mudar a legislação! Vamos dar uma cadeia desgraçada para esses infelizes! Vamos pegar esses menores e colocá-los na cadeia também. Assim a coisa fica melhor.

Vamos fazer o que a minha grande mãezona aqui fala: “Vamos dar um social para aqueles que querem! Vamos melhorar! Há 22 meninos precisando de creches.” Vamos arrumar – tudo bem! –, mas essas pragas que estão matando os outros, vamos colocar na cadeia, gente, pelo amor de Deus!

Eu queria contar com os meus pares para fazermos uma moção e encaminhá-la à família do policial que foi morto. Não é nada, mas precisamos fazer isso como um gesto de repúdio dos representantes do povo a esses vagabundos, a esses marginais que mataram esse policial.

Há outra moção que quero fazer também. Assina quem quiser. Eu queria até entrar na discussão. Esta é uma Casa de discussão, Deputada Celina Leão, e eu queria entrar nesta discussão. Quem é a favor ou contra que se manifeste, mas façamos uma moção. Que seja votada aqui, Sra. Presidente, uma moção de apoio ao Dr. Laerte Bessa, Deputado Relator da questão da maioridade, para que ele faça um relatório em que se aceite a maioridade penal diminuída. Quem for a favor que assine, não quero constranger ninguém, mas eu acho que ela deve ser votada nominalmente assim como foi a questão dos banheiros. A questão dos banheiros eu gostei de ver, foi uma coisa bacana. Uns eram contra; outros, a favor. Esta é a Casa democrática. Que possamos discutir. O que não podemos é ficar calados. Além disso, Sra. Presidente, aquele policial que teve a vida ceifada segunda-feira deixou mulher, filho e família. Os vagabundos não têm nada a perder, só ele.

Mudando um pouco de assunto, eu queria pedir à Sra. Presidente, Deputada Celina Leão, que me ajudasse, pois, muitas vezes, nós falamos, e as conversas se perdem no tempo. Nós fizemos um discurso tão inflamado no dia da reunião com os policiais, lá embaixo, e eu queria pedir uma audiência com V.Exa. para que pudéssemos ver como vamos fazer para colocar em prática aquilo que foi discutido lá. Não é justo fazermos audiência pública e mais audiência pública e nada fazermos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	12

Que V.Exa. possa me receber em seu gabinete para que possamos discutir com os demais 22 Deputados, pois esta não é uma questão de coloração partidária, é uma questão institucional para o Distrito Federal, onde temos policiais que estão desanimados, policiais que não estão querendo continuar na corporação diante de várias situações: o plano de saúde, o plano de carreira, a Lei nº 10.086, que está prejudicando mais de quinhentos suboficiais do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar.

Temos de pedir, Sra. Presidente, que o Governador mande uma legislação ou alguma coisa para a área federal até que saia a reestruturação dos art. nº 57 e 79 da lei: que sejam suspensos para que possam continuar as promoções e que não haja prejuízo para esses policiais que já estão a passos de ir ao oficialato. Muita coisa, Sra. Presidente, foi tirada daquela reunião que se pode levar hoje.

Fica aqui o meu repúdio contra esses bandidos, esses marginais que mataram aquele policial. Acho que bandido bom – e a senhora não vai me cassar – é bandido morto! Quem quiser levar isso para o Deputado Ricardo Vale que leve, falo, falo aqui e falo em qualquer lugar, não tenho medo de bandido. Acho que eles têm que ir é para o inferno, porque o policial foi para o céu, mas eles têm que ir é para o inferno, pois lugar de bandido é no inferno!

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Dr. Michel.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. assessores, membros da imprensa, nossos amigos que estão na galeria, pessoal da capoeira, um abraço para vocês.

Incialmente eu queria fazer coro ao discurso dos Deputados que me antecederam e lamentaram a morte desse policial militar que foi brutalmente assassinado durante esta semana. Isso só revela, mais uma vez, a insegurança que os policiais, que cuidam da nossa segurança, vivem todos os dias e não só a insegurança a que eles estão expostos, mas também quero aqui salientar um problema que é vivido pela corporação há um bom tempo, que é relacionado ao plano de saúde dos policiais militares aqui do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	13

Existe uma decisão que foi exarada pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal, a Decisão nº 2.364/2014, da lavra da Relatora Conselheira Anilcéia Luzia Machado, que determina ao Comando da Polícia Militar que faça estudos para verificar qual seria a melhor forma de atender o policial militar: pagando os convênios, pagando os planos de saúde existentes no mercado ou fazendo o credenciamento de clínicas e policlínicas aqui do Distrito Federal.

Quero louvar o Tribunal de Contas do Distrito Federal por essa decisão, que, na realidade, Deputado Prof. Reginaldo Veras, deu uma direção, porque do jeito que está não pode ficar. Nós não podemos ter o plano de saúde dos policiais militares suspensos por falta de pagamento. Então, o próprio Tribunal de Contas do Distrito Federal já deu a sugestão ao Comando da Polícia Militar do que deve ser feito: deve-se avaliar se o credenciamento de clínicas, policlínicas, hospitais é mais vantajoso do que o pagamento de plano de saúde. Findado isso, que se façam os instrumentos legais de administração – contratos, concessões, enfim – para atender os policiais militares.

Quero deixar claro que essa decisão, Deputado Dr. Michel, foi exarada no dia 27 de maio de 2014, e até hoje, salvo engano, não existe nenhum estudo prévio apresentado em relação a ela. Por isso, quero aqui pedir ao Comando da Polícia Militar que apresente logo esses estudos e dê um direcionamento à questão do plano de saúde dos policiais militares.

Nesta decisão também se coloca uma avaliação feita à famosa Caixa Beneficente da Polícia Militar – CABE, quanto a uma decisão exarada no dia 31 de dezembro de 2014, ou seja, ao apagar das luzes. O ex-Comandante da Polícia Militar determinou a revogação do termo de permissão de uso do terreno que a Cabe utiliza no Setor Policial Militar, onde funciona o restaurante, o mercado que atende a Polícia Militar e uma farmácia. Deputado Prof. Reginaldo Veras, o restaurante serve para atender os policiais militares – soldados, cabos –, que muitas vezes almoçam ali porque é uma comida mais barata. Da mesma forma, a farmácia. Da mesma forma, o mercado que ali está colocado e que fornece alimentos aos policiais militares a preço mais barato, em condições que não se encontram no mercado em geral.

Então, a revogação do termo de permissão de uso, segundo o que está publicado no Diário Oficial do dia 31 de dezembro de 2014, utiliza esta decisão de que acabei de falar para V.Exas. como justificativa. Agora, em nenhum momento, o Tribunal de Contas do Distrito Federal determina a revogação do termo de permissão de uso daquela área. O que o Tribunal de Contas determina, na alínea *d*, é o seguinte: que se dê efetivo cumprimento aos itens nº 2 e 3 da Decisão nº 6.309/2009, que trata de inibição de práticas comerciais na área outorgada à Cabe, com adoção de eventuais sanções contratuais cabíveis. Primeiro, ali existe um termo de permissão de uso. A pena só deve ser colocada à Cabe no caso existir algum tipo de comércio ilegal naquela área.

Então, quero pedir ao comandante da Polícia Militar e ao nobre Subsecretário de Relações Legislativas, Dr. Sérgio, que está aqui presente, que levem esse nosso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	14

pedido ao comando da Polícia Militar, para que revogue imediatamente o extrato de revogação de permissão de uso, porque a Cabe é uma caixa benficiante utilizada, Sra. Presidente, para a melhoria da qualidade de vida dos policiais militares. Eles colocam a vida em risco todos os dias. Com o fechamento desse complexo da Cabe dentro da Polícia Militar, estão perdendo, Deputado Bispo Renato Andrade, aquilo que lhes traz benefício.

Também quero mais uma vez, neste discurso, parabenizar a Capital da República pelos seus 55 anos de idade. Eu sou jovem, sou novo, moro em Brasília desde os 5 anos. Aqui constitui minha família porque acredito que a nossa cidade um dia vai ser a melhor cidade para se morar neste País, vai ser um lugar onde não haverá, Deputado Bispo Renato, desigualdade social, onde nós não teremos a pobreza se avizinhando do poder e, acima de tudo, onde todos terão o direito de ter uma saúde de qualidade e uma educação pública gratuita também de qualidade.

Que Deus abençoe a todos!

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Rodrigo Delmasso.

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, boa tarde a todos os presentes. Sra. Presidente, tenho três assuntos importantes a tratar e vou tentar ser muito rápido.

No primeiro vou mais uma vez apertar aqui a tecla do transporte na área rural. Mais uma vez nós estamos sem transporte na área rural – sem nenhum transporte –, o que é uma coisa inconcebível, uma vez que já tivemos transporte de qualidade três vezes por dia. Depois passou para duas, para uma, e agora nenhuma!

Então, em vários núcleos rurais as pessoas só conseguem sair de carro privado. Quando não têm carro, e é um caso de doença, tem-se cobrado de 70 reais a 100 reais, para levar do núcleo rural até a parada de ônibus, que normalmente fica numa DF ou numa BR asfaltada, Deputado Prof. Reginaldo Veras – e há mais o ônibus para chegar aqui!

Portanto, peço encarecidamente, Sra. Presidente, que esta Casa faça um gesto para falarmos diretamente com o Secretário de Mobilidade e com o DFTrans. Já fizemos audiência pública. O Deputado Rafael Prudente, que está aqui, o Deputado Michel, que tem trabalhado muito pela área rural, e eu gostaríamos de fazer uma outra audiência pública sobre a questão do transporte. Fiz uma audiência pública em agosto do ano passado – agosto do ano passado! –, e nós hoje estamos sem transporte. É realmente uma situação extremamente delicada.

Deixo aqui mais uma vez o meu protesto. Gostaria muito que as autoridades competentes tomassem isso para si e fizessem isso acontecer. Sei que estão sendo envidados esforços, mas estão sendo envidados desde agosto do ano passado! Diariamente o pessoal vai para a parada, e não há ônibus! Então, envidar esforços



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	15

de dentro de um gabinete é muito bacana, é muito tranquilo, é joia, mas vai pra lá, mora lá, sem condições de se transportar, para ver o que acontece! Envidar esforços é uma coisa, colocar prioridade e resolver é outra.

Eu gostaria que os responsáveis pela área no governo resolvessem esse problema, sabe, Deputado Ricardo Vale? A situação realmente é a de não ter como se locomover. Se a pessoa estiver doente, tiver de vir a uma consulta, não tem como, tem que pagar. Quando não tem dinheiro, fica lá!

Nós estamos precisando que isso aconteça. Eu peço encarecidamente ao Secretário de Mobilidade e ao Diretor-Geral do DFTrans que tomem uma atitude de gestor responsável e resolvam esse problema! Já estou falando há quase um mês desta tribuna, e parece que estou falando para o vento. Já marquei para conversar diretamente com eles para ver que providência vão tomar. Já não tenho mais o que dizer para as pessoas na área rural. Estou sendo cobrado todos os dias porque se falou praticamente todos os dias desse assunto.

Quanto à segunda coisa, queria só alertar que houve a derrubada do veto à Política Distrital de Mudanças Climáticas, o que é uma coisa extremamente importante para o nosso Estado, extremamente importante. Eu queria só pedir que andemos, que corramos com a regulamentação e tudo, porque, só para vocês terem ideia, nós tivemos, nesse final de semana, nesse feriado, numa cidade brasileira, um tornado que deixou consequências, com ventos de mais de 250 quilômetros por hora. É uma coisa que estamos começando a ouvir que está acontecendo no Brasil. Logicamente, há uma razão para isso estar acontecendo. Eu tenho certeza absoluta de que mudanças climáticas estão nesta pauta.

Nós temos que fazer alguma coisa, e tudo o que há para fazer está previsto na Política Distrital de Mudanças Climáticas. O Distrito Federal pode fazer alguma coisa importante, sair na frente, dando exemplo, como precisa dar.

Sra. Presidente, nossa Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle tomou a decisão de fiscalizar a saúde do Distrito Federal. Os cinco Deputados, então, estão com essa pauta. Sabemos que a crise da saúde vem de longa data. Entra governo, sai governo, e o drama da população que precisa desse serviço continua.

Nós sabemos que a população do Distrito Federal não recebe saúde; ela não tem a percepção de que está recebendo saúde. Se fizermos uma pesquisa, e nós a estamos fazendo, veremos isso. É impressionante como o nosso PPA – Plano Plurianual continua com mais de 20 bilhões de reais para a saúde, mas, quando vamos à Rodoviária ou a qualquer lugar consultar as pessoas que usam a saúde pública, Deputado Rafael Prudente, a resposta é a mesma: “Não presta, é muito ruim, não estou recebendo o serviço”. Isso é fácil de constatar. Nós saímos daqui, vamos a qualquer lugar e perguntamos isso, e sabemos. Tanto é que – nós sabemos – nenhum de nós aqui, principalmente os Deputados, tem usado a saúde pública do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	16

O Governador Rodrigo Rollemberg, governo de cuja base faço parte, assim que assumiu – como também o Governador Agnelo –, decretou estado de emergência por causa da crise. Então, é crise atrás de crise; entra governo sai governo, as crises se perpetuam.

Os hospitais da rede pública enfrentam desabastecimento de materiais e medicamentos – como enfrentavam; os leitos de UTIs estão sendo fechados por falta de profissionais – como tinham sido fechados em todos os governos. Há descontinuidade da prestação de serviços como o de radioterapias e outros problemas.

A situação de emergência vale por 180 dias, e nós queremos fiscalizar por que isso está acontecendo de novo. A Câmara vai entrar nesse processo com a comissão. Temos aqui – e eu gostaria de incorporá-las ao meu discurso, nas notas taquigráficas – todas as nossas sugestões, que já levantamos porque queremos apontar os problemas, mas também falar das soluções.

Nós já levantamos que há um problema crônico de gestão na saúde. Estamos percebendo que temos, inclusive, médicos – muitos médicos – que faltam aos seus plantões, constroem esquemas de cobertura de plantão, trabalham em clínicas particulares, não atendendo nos hospitais nos seus horários de serviço, mas em clínicas particulares. Isso, para mim, é uma coisa criminosa que precisa, realmente, ser combatida, e, se depender da Câmara Legislativa, nós a combateremos.

É isso, Sra. Presidente. Muito obrigado pelo tempo e pela consideração.

(Segue documento a que se refere o Deputado Joe Valle em seu discurso.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	17



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
**Gabinete do Deputado JOE VALLE**



## Demandas da Atenção Primária a Saúde do GDF

A crise na saúde do DF vem de longa data. Sai Governo, entra Governo – e o drama da população que precisa desse serviço continua.

O governador Rodrigo Rollemberg, assim que assumiu o Governo do Distrito Federal, declarou estado de emergência por causa da crise:

I – os hospitais da rede pública enfrentam desabastecimento de materiais e medicamentos;

II – os leitos de UTIs estão sendo fechados por falta de profissionais;

III – descontinuidade de prestação de serviços, como radioterapia, entre outros problemas.

**A situação de emergência vale por 180 dias.**

### ➤ Atenção Primária a Saúde- APS



- A APS deve ser a principal porta de entrada do indivíduo na rede SUS para que ela seja, de fato, a coordenadora da rede de atenção à saúde, conforme preconizado;
- A Estratégia de Saúde da Família é a que possui as diretrizes capazes de atender aos princípios do SUS e deve ser expandida em todas as Regiões de Saúde do Distrito Federal;
- Em uma rede de Atenção à Saúde, devemos entender que o primeiro contato das pessoas seja com a APS, pois os serviços precisam estar próximos às residências das pessoas;
- Para que este nível de atenção consiga, de fato, ser resolutiva em até 80%, precisa-se de uma rede secundária bem estruturada em cada região. (Ex: Possuir mamógrafos em cada Hospital Regional, e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	18



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
**Gabinete do Deputado JOE VALLE**



não um serviço móvel que vá a cada três meses...; oferecer consultas nas diversas especialidades, sem ter de esperar até meses ou ano para uma consulta, como ocorre hoje com a Neurologia).

➤ **Necessidades**

(Por Eleusa Procópio de Souza Martinelli)

- Expansão da Estratégia de Saúde da Família, considerando o grau de vulnerabilidade das regiões do Distrito Federal;
- Realização de Concurso Público para Agentes Comunitários de Saúde;
- Contratação de Odontólogos para expansão de Equipes de Saúde bucal;
- Construção imediata dos equipamentos públicos previstos nas Unidades Habitacionais (Morar bem), cujos imóveis já estão sendo entregues sem a construção desses equipamentos (a exemplo do Paranoá), e garantir que as próximas Unidades a serem entregues tenham a construção desses equipamentos como prioridade;
- Melhoria das condições de trabalho dos profissionais que atuam nas áreas rurais, principalmente com transportes adequados, de modo a garantir também linhas de transportes públicos para a população que reside nessas áreas rurais;
- Aquisição de equipamentos imprescindíveis para Hospitais Regionais de Saúde, como mamógrafos, ecógrafos, tomógrafos, etc. e garantir a manutenção deles. Com isso, haveria redução do tempo de espera para estes exames;
- Garantia da oferta e manutenção dos medicamentos da Farmácia Básica;
- Aquisição imediata dos reagentes em falta nos laboratórios. (Hoje faltam até kits para a realização de hemograma, já que estão realizando esses exames apenas nos casos de urgência);



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	19



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
Gabinete do Deputado JOE VALLE



- Contratação de motoristas e técnicos administrativos (Há muita falta desses profissionais);
- Há problemas na contratação de serviços prestados por OS, principalmente na APS, sabemos que o objetivo maior dessas empresas é o lucro e, para isso, não levam em conta a qualidade do serviço prestado nem a sobrecarga e desvalorização dos servidores  
~~(redacted)~~



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	20

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Joe Valle.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Boa tarde, Sra. Presidente.

De forma muito rápida também, eu venho a esta Casa tratar de três assuntos, dois relacionados ao Governo do Distrito Federal.

Como costumava dizer minha mãe, vou bater e assoprar. Então, primeiro, parabenizo o Governo do Distrito Federal por ter feito a nomeação de alguns profissionais da área da saúde. O Deputado Joe Valle acabou de falar aqui da crise do sistema de saúde. Foram nomeados alguns pediatras e outros. Mas, visto que a crise da saúde é gravíssima e que a saúde do Distrito Federal está na UTI, o número reduzido de nomeações é o mesmo que dar um analgésico para um doente em estado de coma. Não vai resolver. Temos que nomear urgentemente os profissionais que foram aprovados no concurso do ano passado. Então, parabenizo por um lado, mas alerto por outro: a medida é insuficiente.

No sábado, também, o Governo do Distrito Federal lançou a nova marca de Governo. Fiquei contente por um lado, porque já adequada à lei aprovada por esta Casa, mas ainda não sancionada pelo Governador, já usou os símbolos oficiais, como manda a nossa lei. Por outro lado, tirou a expressão Governo do Distrito Federal e colocou a expressão Governo de Brasília. No meu entender, medida inócuia que não vai alterar nada. Sempre digo, acho que um governo tem que deixar sua marca por meio das ações e não por meio de logomarcas.

No dia de hoje quero parabenizar a presença dos capoeiristas que estão ali em cima, fizeram uma apresentação fantástica ontem no aniversário de Brasília lá na Torre de TV. Mais de seiscentos capoeiristas, de forma harmônica, ordeira, equilibrada, uma verdadeira apresentação de arte e cultura, mostraram que é possível fazer uma festa de aniversário de Brasília sem valores vultosos e com a participação popular. A festa foi bonita, Deputada Luzia de Paula, mas vem a nova crítica: ela se concentrou no Plano Piloto, alimentando aquele conceito de que Brasília é o Plano Piloto. Não houve descentralização da festa para as cidades satélites. Nós entendemos que Brasília está fazendo 55 anos, mas ela simboliza todo o Distrito Federal. Será que a galera lá das periferias é obrigada a se deslocar para cá para fazer alguma atividade? Por que não descentralizar? Fica aqui, novamente, o meu questionamento.

Aproveito este momento de hoje para homenagear o mestre Romeu, que está ali na galeria, um grande educador popular. O Deputado Chico Vigilante deve conhecer o trabalho dele na Ceilândia, assim como a Deputada Luzia de Paula. Há 35 anos ele atua na Ceilândia como educador popular na área da capoeira; em geral, sem verbas governamentais, trabalhando em áreas de periferia desde que criou, há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	21

35 anos, o projeto de capoeira Sol Nascente. Vejam que hoje o projeto de capoeira Sol Nascente atua no Sol Nascente, mas já tinha esse nome antes mesmo de o setor existir. Faz um trabalho fantástico de inclusão social com os jovens da periferia, mostrando, como o Deputado Ricardo Vale disse aqui, que a juventude está sem perspectiva nas áreas periféricas e acaba sendo engolida pela violência. Na medida em que o Estado é omissivo, Deputado Ricardo Vale, somente projetos como esse são capazes de criar algum tipo de perspectiva para a juventude do Distrito Federal.

O mestre Romeu, que atua há 35 anos nessa área, já tem um trabalho consolidado, já deixou seus mestrandos, como o mestrandinho Vagalume, como o mestrandinho Mancha, e agora está levando o seu trabalho para os Estados Unidos. Como costumamos dizer na nossa cidade, Deputada Luzia de Paula, é da Ceilândia para o mundo. Parabéns, mestre Romeu. Parabéns aos capoeiristas do Distrito Federal. Parabéns pelo trabalho de inclusão social que é feito.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, quero aqui parabenizar o Deputado Prof. Reginaldo Veras, também parabenizar os capoeiristas da nossa cidade e o mestre Romeu. Está aqui também – e dele falo com muito orgulho – o mestre Muriçoca, meu aluno. Foi meu aluno no Ensino Fundamental. Cumprimento e parabenizo a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputada Luzia de Paula.

Esta Presidência cumprimenta todos os mestres, os alunos. Nós acreditamos que a mudança do nosso País vai ser através da cultura do bem, e é isso que vocês fazem todos os dias. Vocês, realmente, orgulham a nossa cidade. Muito obrigada.

Quero aqui perguntar aos Deputados se, antes de terminar os Comunicados de Parlamentares, aproveitando que temos *quorum*, podemos votar os requerimentos, inclusive o da comissão geral que será amanhã. Logo que votarmos, retornaremos a palavra aos Deputados inscritos. (Pausa.)

Convido o Deputado Dr. Michel a secretariar os trabalhos da Mesa.

Consulto os Líderes se há acordo para superar o sobrerestamento dos itens nºs 1 a 111, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e passarmos à votação das demais proposições. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a V.Exa. que destaque o item nº 125, referente ao Requerimento



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	22

nº 4, de 2015; o item nº 126, referente ao Requerimento nº 85; e o item nº 127, referente ao Requerimento nº 206, de 2015.

Peço a V. Exa., inclusive, que possamos fazer uma discussão no Colégio de Líderes a respeito desses três requerimentos e votar posteriormente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a questão de ordem de V.Exa. para retirar da votação neste momento, pois vamos votar em bloco, e depois voltaremos a essa discussão novamente.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de pedir destaque também para o item nº 124, que é uma moção de louvor ao mestre Romeu, aproveitando que eles estão presentes aqui na galeria, caso seja possível.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não, não, aí então é o seguinte, Deputado, só para esclarecimento: o destaque está sendo pedido para não votar. Então, V. Exa. pede para inserir?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Esse é por inversão de pauta, para prosseguir, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido de V. Exa. e vamos inserir também o item nº 124.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que sejam incluídas na Ordem do Dia duas moções de minha autoria e que possam ser votadas ainda no dia de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a questão de ordem de V. Exa. Já foram lidas aqui, Deputado Bispo Renato Andrade?

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão, como item extrapauta, do Requerimento nº 504, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato e incluo o requerimento na Ordem do Dia.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero pedir também a inclusão, como item extrapauta, do requerimento apresentado agora de uma sessão solene para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Diversidade Religiosa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sessão solene, Deputado, não há necessidade de ser votada em plenário, a Mesa Diretora é que delibera.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão da moção que manifesta votos de pesar à família do Policial Militar Antônio Marcos de Araújo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato o pedido de V. Exa. e incluo a moção na Ordem do Dia.

Consulto os líderes se há acordo para superar o sobrerestamento dos itens nº 1 a 111, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votar as demais proposições, destacados os itens nº 124, 125, 126 e 127. Há acordo?

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a V. Exa. que inclua a Moção nº 47, de 2015, e que possa ser votada nominalmente pelos Parlamentares. Que ela não seja incluída na votação em bloco, porque pode haver muitos aqui que não queiram essa moção, então... Peço para que não seja votada em bloco, porque pode constranger algum Deputado que não tenha interesse de fazê-la.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	24

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Então, vou fazer da seguinte forma, Deputado Dr. Michel: vou destacar a Moção nº 47 também, porque as outras moções vamos votar em bloco. Então, destaque da Moção nº 47.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sra. Presidente, peço para destacar só porque pode haver algum Deputado que não tenha o mesmo interesse, para que ele fique bem à vontade. Então, eu pediria que não fosse votada em bloco a Moção nº 47.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Consulto os líderes se há acordo para votar os requerimentos e as moções em bloco, pelo processo nominal, destacadas a moção nº 47, e os itens nºs 124, 125, 126 e 127.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, foi dado oportunidade aqui para todos os Deputados fazerem uso da palavra, e só faltou a minha.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não. Faltou a sua, a do Deputado Chico... Há mais três inscritos. Eu só suspendi para não perdermos o *quorum*, senão não vamos conseguir nem fazer a comissão geral amanhã, mas vou retornar...

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Faltou quem?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Você, o Deputado Chico Vigilante e a Deputada Luzia de Paula. Só.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – A Deputada Luzia de Paula disse que não vai fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Só você e o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Será que não podemos já encerrar?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Pode, mas é que estamos em processo de votação. Vamos votar em bloco. Aí, eu voltarei a palavra a vocês, porque as moções que têm destaque são polêmicas. Eu retornarei a palavra para você e para o Deputado Chico Vigilante, para depois discutirmos as moções.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só uma questão de esclarecimento. A solicitação do Deputado Chico Vigilante, que pediu para retirar alguns itens, é sobre os itens nºs 125, 126 e 127. É isso?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Só para explicar como nós estamos fazendo. Eu estou retirando da votação em bloco algumas moções. Não estou retirando da pauta.

Estou retirando da votação em bloco os itens nºs 124, 125, 126, 127 e a Moção nº 47.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Mas elas continuam na pauta?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Elas continuam na pauta.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – *Ok.*

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – *Ok.* Passo a Presidência ao Deputado Dr. Michel, tendo em vista a apreciação de requerimentos de minha autoria a seguir.

(Assume a presidência o Deputado Dr. Michel.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Votação em bloco dos seguintes itens:

Item nº 116:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 33, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que “manifesta repúdio ao disposto no Capítulo I do Título III Projeto de Lei nº 882/2015, de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys, que estabelece as políticas públicas no âmbito da saúde sexual e dos direitos reprodutivos e dá outras providências”.

Item nº 117:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 34, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “manifesta votos de louvor e parabeniza os educadores Sebastião Ivaldo Carneiro Portela, a estudante da Universidade de Brasília Alessandra Nascimento e aos estudantes Sthefany Aline Falcão Silva e Juliana Macedo Abílio do Centro de Ensino Médio 2 do Gama pelos relevantes serviços prestados para a educação do Distrito Federal”.

Item nº 118:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 36, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “hipoteca homenagem à cientista brasiliense Priscila Kosaka, que desenvolveu uma nova técnica para detenção do câncer”.

Item nº 119:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 37, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “manifesta votos de Louvor e parabeniza os Policiais Militares do Distrito Federal que realizaram o parto de uma moradora do Varjão”.

Item nº 120:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	26

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 38, de autoria do Deputado Joe Valle, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados ao Museu Vivo da Memória Candanga – MVMC”.

Item nº 121:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 39, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta moção de louvor pelo 5º aniversário da Igreja Assembleia de Deus Campo Oriente”.

Item nº 122:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 40, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “manifesta louvor aos formandos do Curso de Formação de Praças-CFP IV, da Polícia Militar do Distrito Federal”.

Item nº 123:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 41, de autoria da Deputada Luzia de Paula e outros, que “manifesta ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação do Distrito Federal interesse pela continuidade do funcionamento do Centro de Capacitação de Professores e Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS/DF) e do atendimento aos alunos com diagnóstico de Distúrbio do Processamento Auditivo Central – DPAC”.

Item nº 128:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 247, de 2015, de autoria dos Deputados Júlio Cesar e Ricardo Vale, que “requer a realização de audiência pública, para debater sobre Futebol Amador”.

Item nº 129:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 434, de 2015, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que “requer a realização de audiência pública para debater sobre o tema: Desafios, Perspectivas, Estratégicas e Oportunidades para o Crescimento do Setor Produtivo do Distrito Federal”.

Item nº 130:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 451, de 2015, de autoria do Deputado Chico Leite, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 7 de maio de 2015 em comissão geral para debate do tema Plano Distrital de Educação”.

Item nº 131:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 452, de 2015, de autoria do Deputado Chico Leite, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 14 de maio de 2015 em comissão geral para debate do tema Mobilidade Urbana: Desafios e Propostas”.

Item nº 132:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	27

Votação, em turno único, do Requerimento nº 473, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 18 de junho de 2015 em comissão geral para discutir a ampliação da gestão democrática para as regionais de ensino do Distrito Federal”.

Item nº 133:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 436, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública para discutir sobre a construção do polo da Universidade de Brasília na região do Paranoá”.

Item nº 134:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 455, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, que “requer a realização de audiência pública no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no dia 18 de maio de 2015, às 10 horas, para debater sobre a violência contra o professor”.

Item nº 135:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 463, de 2015, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “requer a realização de audiência pública no dia 20 maio de 2015, para lançamento da Frente Parlamentar em Apoio às Famílias das Pessoas Desaparecidas”.

Item nº 136:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.528, de 2012, de autoria do Deputado Dr. Michel, que “requer a retirada e o arquivamento da proposição que menciona”.

Item nº 137:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 3.468, de 2014, de autoria do Deputado Benedito Domingos, que “requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 870/12”.

Item nº 138:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 260, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que “requer a retirada de tramitação e o consequente arquivamento do Projeto de Lei nº 888/12”.

Item nº 139:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 430, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso e outros, que “requer a realização de audiência pública em 22 de abril de 2015, às 19 horas, no Condomínio Estância Jardim Botânico, para debater as questões relacionadas à regularização do Condomínio Jardim Botânico”.

Item nº 140:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	28

Votação, em turno único, do Requerimento nº 448, de 2015, de autoria da Deputada Celina Leão, que “requer a realização de audiência pública, a ser realizada na sede do Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil – ICEP Brasil, localizado no SIA, trecho 3, lote 1.204, galpão 1 e 2, no dia 23 de abril de 2015, às 10 horas, para debater sobre o integral cumprimento da Lei de LIBRAS”.

Item nº 141:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 438, de 2015, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública pela Comissão de Assuntos Fundiários – CAF, para discutir as ocupações existentes na expansão de Samambaia (Residencial Oeste Q. 629 a 631)”.

Item nº 142:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 471, de 2015, de autoria do Deputado Juarezão, que “requer a realização de audiência pública no dia 20 de maio de 2015 para debater sobre revitalização do Parque Ecológico Veredinha em Brazlândia”.

Item nº 143:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 490, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “requer a realização de audiência pública no dia 18 de maio de 2015, às 15h, na Praça da Cruz, Setor Habitacional Sol Nascente – Ceilândia-DF, para discutir sobre a política de regularização fundiária do Setor Habitacional Nova Jerusalém”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 48, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta apoio e solidariedade aos feirantes, ambulantes, permissionários de bancas de jornais, permissionários de táxis, *outdoor*, quiosques e similares, no sentido de que o Senhor Governador do Distrito Federal publique decreto para criação da Subsecretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, com a finalidade de disciplinar a gestão da ocupação de áreas públicas pelas categorias acima mencionadas, dentre outras atribuições a nova pasta criada”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 49, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que “manifesta apoio e solidariedade aos Bombeiros Militares e Policiais Militares do Distrito Federal, no sentido de que o Senhor Governador do Distrito Federal encaminhe reestruturação da carreira do Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Militar do Distrito Federal, a ser enviada ao Presidente da República e ao Congresso Nacional”.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	29

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 51, de 2015, de autoria do Deputado Dr. Michel e outros, que “manifesta votos de pesar à família do Policial Militar Antonio Marcos Araújo”.

Item extrapauta:

Votação, em turno único, do Requerimento nº 504, de 2015, de autoria de vários Deputados, que “requer a transformação da sessão ordinária de amanhã, dia 23 de abril de 2015, para debater o Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2015, que “altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que ‘dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no comércio local sul, do Setor de Habitação Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa de Brasília – RA I, e dá outras providências’”.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero pedir a retirada de pauta do item nº 116.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Você quer tirar de pauta? Acato o pedido de V.Exa. e retiro de pauta o item nº 116.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de retirar da pauta também o item nº 130. E, se regimentalmente for possível, retornar o item nº 124 para a votação em bloco para dar celeridade ao processo.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O requerimento que V.Exa. está pedindo para retirar é de outro Deputado.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sim, se o regimento me permitir. O Deputado Chico Leite está fazendo a solicitação de transformar a sessão ordinária da próxima quinta-feira em comissão geral. No entanto, o tema que S.Exa. quer debater na comissão geral já será tratado em uma audiência pública marcada para o dia seguinte, pela manhã, aprovada anteriormente na Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Então, uma esvaziaria a outra. Inclusive, já conversei com o Deputado e S.Exa. vê com bons olhos essa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Acato a solicitação de V.Exa. parcialmente. Vamos manter o item fora da votação em bloco. Depois o retornaremos para ser discutido.

Solicito ao Sr. Secretário que faça a leitura do outro item.

SECRETÁRIO (BISPO RENATO ANDRADE) – Item nº 131:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	30

Votação, em turno único, do Requerimento nº 452, de 2015, de autoria do Deputado Chico Leite, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 14 de maio de 2015 em comissão geral para debate do tema Mobilidade Urbana: Desafios e Propostas”.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Em discussão as moções e os requerimentos lidos pelo Sr. Secretário. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando em bloco as moções e os requerimentos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31ª SESSÃO ORDINÁRIA	31



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESIDÊNCIA  
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 22/04/15



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL

VOTAÇÃO EM:  1º TURNO  2º TURNO  TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL APRECIADA EM

PARECER:  ORAL  REJEIÇÃO PROJETO  FAVORÁVEL PROJETO  COM EMENDA(S)  ANEXO  
 COMISSÕES:  CCJ  CEOF  CAS  CDDHCEDP  CAF  CDC  CSEG  CESC  
 CDESCTMAT  MESA DIRETORA  COMISSÃO ESPECIAL  CFGTC

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S):

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S):

PROJETO DE LEI Nº(S):

MOÇÃO Nº(S): 34/15, 36/15, 37/15, 38/15, 39/15, 40/15, 41/15, 48/15, 49/15, 51/15

REQUERIMENTO Nº(S): 247,260,430,434,436,438,448,452,455,463,471,473,490,504/15, 1.528/12, 3.468/14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S):

VOTO EM SEPARADO DEPUTADO:  FAVORÁVEL  CONTRÁRIO

AUTORIA: DEPUTADO(A) VÁRIOS DEPUTADOS  Poder Executivo

RELATORIA: DEPUTADO(A)

P/S	DEPUTADO(A)	PARTIDO	SIM	NÃO	AUS	ABST.	OBST.	DV
	AGACIEL MAIA	PTC	X					
	BISPO RENATO ANDRADE	PR	X					
	CHICO LEITE	PT			X			
	CHICO VIGILANTE	PT	X					
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB			X			
	DR. MICHEL	PP	X					
	JOE VALLE	PDT	X					
	JUAREZÃO	PRTB			X			
	JÚLIO CÉSAR	PRB			X			
	LILIANE RORIZ	PRTB			X			
	LIRA	PHS	X					
	LUZIA DE PAULA	PEN	X					
	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X					
	PROFESSOR ISRAEL	PV	X					
	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X					
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB			X			
	RICARDO VALE	PT	X					
	ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB			X			
	RODRIGO DELMASSO	PTN	X					
	SANDRA FARAJ	SD	X					
	TELMA RUFINO	PPL			X			
	WASNÝ DE ROURE	PT			X			
	WELLINGTON LUIZ	PMDB			X			
	CELINA LEÃO	PDT	X					
T O T A L			14		10			

  
SECRETÁRIO DA SESSÃO  
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	32

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 13 votos favoráveis. Houve 11 ausências.

Os requerimentos e as moções estão aprovados.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Assumo a Presidência e encerro a Ordem do Dia. Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente por cinco minutos.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Meu boa tarde a todos.

Trago aqui, antes de começar, que recebi uma mensagem no meu celular. Eu estava discutindo com o Deputado Dr. Michel sobre a morte de dois jovens, agora, em Sobradinho II – neste momento.

Depois de fazer esse registro, quero trazer a esta tribuna, hoje, quatro temas. O primeiro é sobre os conselhos tutelares. Fiquei muito satisfeito quando o governo mandou hoje o projeto. Nós fizemos, na última quarta-feira, uma audiência pública no auditório da Câmara, que teve grande participação dos conselheiros tutelares. Esteve aqui o representante do Ministério Público, o representante do CDCA – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente – e da Secretaria da Criança. Para minha surpresa, mais uma vez, o Governo do Distrito Federal não ouviu os conselheiros, não ouviu as partes e publicou, um dia depois da nossa audiência pública, a normativa do CDCA para tratar das próximas eleições dos conselhos tutelares.

Eu quero fazer um apelo a todos para que, na próxima terça-feira, votemos esse projeto já com algumas solicitações que os conselheiros nos fizeram. Eu mandei a todos os gabinetes o relatório e um resumo da audiência, para que a gente possa ouvir as pessoas antes de publicar qualquer tema. Esta Casa tem que prezar sempre pelo diálogo.

Outro assunto: estive recentemente no Condomínio Porto Rico, em Santa Maria. Ali a situação, Deputado Wasny de Roure, Deputada Luzia de Paula, é caótica. Hoje eu pedi a uma pessoa que trabalha comigo, no meu gabinete, que fosse até a Novacap saber como estava o andamento das obras no Condomínio Porto Rico. Para minha surpresa, mais uma vez, primeiro disseram que não há recurso e, segundo, disseram que a licitação para a urbanização do condomínio foi cancelada por conta de falta de regularização fundiária. Se não fizermos obra em todos os lugares onde há problemas de regularização fundiária, não vamos fazer obra em lugar nenhum desta cidade.

Então, eu quero pedir ao Diretor da Novacap, à Procuradoria do DF, que procurem o Ministério Público, a esfera judicial, para que se faça um TAC – Termo de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	33

Ajustamento de Conduta. Ali, por exemplo, já fizeram obras, algumas vias foram pavimentadas por outros governos e também já há esgoto. Estão achando um problema fazer a complementação de algumas obras ali, principalmente na área central do Condomínio Porto Rico.

Esses dias eu fiz até um vídeo. É uma situação caótica, uma coisa horrorosa. Então, eu quero pedir: vamos ter um pouco mais de boa vontade, que se use o bom senso e se procurem os órgãos para fazer um termo de ajustamento de conduta, como já foram feitos vários, e levar essas obras à população que tanto precisa delas. Há naquela região em torno de 20 mil moradores, que precisam de mais decência.

Outra coisa. Hoje, Sra. Presidente, fui surpreendido. Na semana passada nós debatemos aqui uma moção de repúdio, de autoria da Deputada Sandra Faraj, a uma situação do Governo Federal, e hoje foi publicada no Diário Oficial do Distrito Federal a portaria nº 55, de 16 de abril de 2015, que trata do seguinte: o sistema informatizado e as fichas de cadastro, formulários, prontuários, documentos congêneres em papel deverão ser adaptados para fazer constar um novo campo no qual os transexuais e travestis possam registrar o nome com o qual se identificam socialmente. No art. 5º, dispõe: fica assegurada ao travesti ou transexual que seja servidor público a utilização do seu nome social mediante requerimento no âmbito da Secretaria de Estado de Trabalho.

Até aqui, nada contra. Mas no mesmo dia nós tivemos uma publicação – até avisei ao colega Deputado Wasny de Roure hoje pela manhã – da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, Administração Regional do Lago Norte. A Ordem de Serviço nº 8, de 16 de abril de 2015, resolve anular a licença de funcionamento abaixo relacionada. Razão social: Igreja Batista do Lago Norte. Endereço: SHIN QI 13.

Eu fiquei pensando: será que é coincidência a publicação sobre homossexualidade, assunto que foi discutido nesta Casa? Será que é uma perseguição contra o evangélico, Deputada Sandra Faraj, Deputado Rodrigo Delmasso? Depois daquelas discussões, vejo uma publicação da Secretaria de Trabalho. Até aí, tudo bem. Mas o mesmo Diário Oficial publica a cassação de licença de funcionamento de uma igreja batista no Lago Norte, a qual o Deputado Wasny de Roure frequenta, está lá há mais de vinte anos. O meu avô, falecido, ajudou a fundá-la. Isso muito me preocupa. O que será que está acontecendo neste governo?

Outro assunto, para encerrar. Vi alguns Deputados falarem sobre a situação do plano de saúde da Polícia Militar. Isso tem que ser resolvido, mas eu acho que tem que ser resolvida também principalmente a questão do hospital da PM, que está ao lado do batalhão, na parte logística da Polícia Militar. Este foi inaugurado no final do ano passado. No hospital da Polícia Militar hoje não tem nada funcionando. Há mais de cinquenta leitos que poderiam ser utilizados, mas não há médico, infraestrutura. Não tem nada funcionando.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	34

Então, além de tratar aqui sobre a regularização do plano de saúde dos policiais militares, eu queria fazer um apelo ao comandante da Polícia Militar, ao Secretário de Governo e ao próprio Governador para que resolvam esse problema e coloquem para funcionar uma máquina que custou muito caro para o governo e não pode ficar ali parada.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao penúltimo inscrito, o Deputado Chico Vigilante. O Deputado Wasny de Roure também gostaria de fazer uso da palavra.

Convido os Deputados para dois eventos, para a abertura de duas inaugurações aqui hoje. Uma será com o Embaixador do Reino da Bélgica, Jozef Smets, sobre a Primeira Guerra Mundial, que vai acontecer na galeria do espelho d'água, às 18h. E a outra, às 20h, com o Embaixador da Suécia, que vai trazer algumas fotos que foram feitas por um sueco na época da criação do Distrito Federal. Então, acho que vale a pena os Deputados que estiverem aqui na Casa participarem desses eventos, um às 18h e o outro às 20h.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de citar aqui a fala do Deputado Rafael Prudente referente à pseudoperseguição, que, na realidade, está ocorrendo no segmento religioso e que nos causa muita estranheza.

Deputado Rafael Prudente, concordo com V.Exa. quando diz que logo após um debate acalorado que nós tivemos aqui, a Secretaria de Estado de Trabalho tomou essa decisão e, no mesmo Diário Oficial, também, determinou o cancelamento da licença de funcionamento de uma igreja, que, salvo engano, Deputado Wasny de Roure, está no mesmo local há mais de vinte anos.

Muito nos estranha essa atitude. A Deputada Sandra Faraj foi Administradora do Lago Norte e conhece bem essa situação. Muito nos estranha essa decisão de cassação do alvará de funcionamento. Esta Casa, Deputado Chico Vigilante, já discutiu a regularização dos templos religiosos, já teve a adaptação da lei, já teve o que for.

Faço-me uma pergunta: em vez de perseguir as igrejas, de fechar igrejas, vamos fechar as boates que estão funcionando irregularmente; vamos fechar as casas de *shows* que funcionam sem alvará de funcionamento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	35

A minha pergunta é: por que essa ação desproporcional contra as igrejas evangélicas, não só contra as igrejas evangélicas, mas contra as católicas e os centros religiosos? Essas ações são extremamente desproporcionais, porque casas de *shows*, boates estão funcionando sem alvará de funcionamento. A gente sabe que essas casas de *shows*, boates que existem aqui no Distrito Federal proliferam, muitas vezes, a violência, o consumo de drogas e outras coisas.

Então, eu gostaria que o governo mudasse um pouco o foco, parasse de perseguir as igrejas e fosse fechar esse tipo de estabelecimento que destrói a família e, acima de tudo, leva nossa juventude à perdição.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu queria aproveitar e concordar com o Deputado Rodrigo Delmasso. Inclusive, quero mencionar que ali no Lago Norte, a Igreja Batista do Lago Norte é uma das mais bem estruturadas e sempre cumpre todas as regras possíveis para ter a licença de funcionamento. Ressalto que essa igreja teve dificuldade com uma ampliação, com uma reforma, mas é uma igreja que cumpre todos os aspectos legais para obter a licença de funcionamento. Portanto, muito me estranha essa cassação neste momento!

Eu queria aproveitar para lembrar que, pela primeira vez, depois de alguns anos, o aniversário de Brasília foi comemorado sem a presença gospel, sem ter, Deputado Wasny de Roure, um palco religioso para os católicos e evangélicos. Isso ocorreu pela primeira vez, o que, simplesmente, significa ignorar mais de 45% da população.

O aniversário de Brasília ser comemorado com a acepção de segmento é impressionante! Então, nós temos visto uma movimentação de vários órgãos. Inclusive, Deputado Rodrigo Delmasso, há órgão públicos que não têm autorização para funcionar também, pois estão em área irregular, estão sem licença de funcionamento.

Por que essa perseguição às igrejas, essas instituições que têm feito um trabalho social que o governo não consegue fazer? A Igreja é um grande ajudador do Estado! Isso está demais: excluir grande parte da população! O governo é para todos, não para poucos!

Eu queria enfatizar, junto com o Deputado Rafael Prudente e com Deputado Rodrigo Delmasso, essa questão seriíssima que nós estamos vivendo na nossa cidade. Espero que os olhos, que as atenções mudem daqui para frente, porque nós não podemos aceitar mais isso!

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	36

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós temos acompanhado diariamente – eu tenho ido em alguns locais – o verdadeiro caos estabelecido sobre a saúde do Distrito Federal.

Na verdade, o governo atual recebeu, Deputado Ricardo Vale, a Secretaria de Saúde do Distrito Federal faltando quarenta itens do abastecimento na rede. Eram medicamentos que são difíceis de ser encontrados, porque medicamento muito barato as distribuidoras não querem vender, porque não dá tanto lucro assim. A verdade é que hoje estão faltando mais de trezentos itens dos mais variados medicamentos, inclusive para o tratamento de câncer nos ossos. No Hospital de Base, esse medicamento está em falta. As pessoas estão desesperadas, estão tendo de fazer “vaquinha” para comprar esse medicamento.

Nós vimos que foi decretado estado de emergência na saúde pública do Distrito Federal. Estado de emergência é exatamente para fazer compras sem que seja necessário o processo de licitação. Dinheiro, eu tenho mostrado aqui o tempo todo que há. Para V.Exas. terem uma ideia, o Fundo de Saúde do Distrito Federal recebe, mensalmente, do Ministério da Saúde trinta milhões todo mês para compras emergenciais, inclusive para a contratação de leitos.

Na verdade, a visão que impera dentro da Secretaria de saúde do Distrito Federal é a mesma que levou o Hospital Universitário ao caos, porque o Secretário de Saúde atual era diretor do Hospital Universitário e levou o hospital àquela situação. É a visão de que se deve sucatear ao máximo para ter justificativa para entregar às organizações sociais.

Agora mesmo, eles estão reunidos. Eu recebi um WhatsApp de uma servidora, que me enviou a pauta de uma reunião que está acontecendo exatamente neste momento. Nessa pauta está a contratação das chamadas organizações sociais. São as organizações sociais que vão tomar conta dos hospitais, e querem começar pelo Hospital de Ceilândia e pela UPA de Ceilândia.

Deputado Prof. Reginaldo Veras, essa é uma atitude criminosa. O Governador Rodrigo Rollemberg, na sua campanha falava tanto de gestão. Todos nós aqui estamos lembrados dele falando na televisão: “dinheiro tem, falta gestão”. E eu digo agora: Governador Rollemberg, dinheiro tem, falta gestão, compromisso e seriedade. Em alguns casos, falta vergonha na cara de alguns dirigentes. Portanto, isso é grave. Estão reunidos agora para discutir a entrega de hospitais e UPAs para as organizações sociais, que, na verdade, Deputado Rafael Prudente, são empresas que colocam o carimbo de organizações sociais, mas não são organizações sociais coisa nenhuma. São empresas que querem fugir de licitação; são empresas que têm donos, que dão lucro e fogem da licitação. É a terceirização mais perversa que existe.

Portanto, precisamos, efetivamente, nos levantar contra isso. Hoje está faltando todo tipo de medicamentos nos hospitais, com um agravante, Deputado



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	37

Wasny de Roure, tomaram a decisão de não pagar mais insalubridade a quem trabalha em posto de saúde, mas está em uma função administrativa. Hoje também recebi um WhatsApp de uma servidora que disse que o seu contracheque veio com um aviso de que ela não tinha mais insalubridade.

Para tirar a insalubridade, primeiro tem que ser feita uma perícia técnica com engenheiros da medicina do trabalho para saber se aquelas pessoas têm ou não o direito à insalubridade. Muitas vezes, você está dentro do mesmo estabelecimento, um tem direito e o outro, a dois ou três metros de distância, não tem direito, mas não pode tirar o adicional da maneira generalizada que estão tirando. Imagina a insatisfação, a intranquilidade que esses servidores estão tendo.

Estamos vendo a pediatria parada em todos os hospitais. Vimos a televisão mostrando neste feriadão o caos estabelecido, a *via crucis* que é procurar um atendimento na rede pública de saúde do Distrito Federal hoje. E eu pergunto: Governador, o senhor disse que faltava gerenciamento, que tinha que ter competência. Então, onde está a competência? A verdade é que essa turma que está na Secretaria de Saúde do Distrito Federal levou a saúde a este caos que está estabelecido neste momento. Até onde eu sei, o Governo Federal não vai aceitar a implantação de OS – organizações sociais –, aqui na Capital da República. E é o Governo Federal que repassa os recursos. Ou não estamos nos lembrando da história da Real Sociedade Espanhola, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que cuidava do Hospital de Santa Maria, que o levou àquela situação que fez com que o próprio Ministério Público exigisse que fosse rompido o contrato? Portanto, é grave a situação vivida hoje pela saúde aqui no Distrito Federal.

Deputado Rodrigo Delmasso, Deputada Sandra Faraj, Deputado Wasny de Roure, V.Exas. são evangélicos. É preciso que o governo entenda que mexer com igreja dá um azar desgraçado. Não é? Dá muito azar, porque a igreja é coisa de Deus. Mexer com igreja... Não conheço um que tenha mexido com igreja e que tenha se dado bem. Não dá. A igreja está lá há vinte anos, tira a licença, o alvará, e eles cassam baseados em quê? O caminho, Deputado Wasny de Roure, em seguida, é derrubar a igreja, porque, se você não tem alvará, algum maluco da Agefis vai lá e derruba. Sei lá se não existe algum herege por aí a fim de demolir? Portanto, não é bom mexer com igreja, mas a sensação que eu tenho é que está acontecendo muita coisa no Distrito Federal hoje que está passando ao largo. A sensação é que não há comando, porque, se vão cassar o alvará de uma igreja que funciona lá há vinte anos, o Governador tinha que saber disso, não é? O Deputado Wasny de Roure, que participa lá, está me dizendo que faz mais de vinte anos.

O Deputado Rodrigo Delmasso falou aqui que, em vez de fechamos igrejas, deveríamos fechar boates. Eu acho que não tem que fechar nada, não tem que fechar igreja e não tem que fechar boate, porque há pessoas que gostam de ir a boates. E boate dá empregos, muitos empregos. Se há pessoas vendendo drogas dentro de boate, isso é problema de polícia, que tem de ter a competência para ir lá e combater. Mas boate, Deputado Ricardo Vale, gera emprego. E o que nós estamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	38

precisando hoje nesta cidade é exatamente de emprego. Só na construção civil, já foram demitidos 8.500 operários. E vão demitir mais. A verdade é que, no comércio e na indústria, todo mundo está acabrunhado, porque não vê rumo. Falta alguém para animá-los a continuarem investindo.

Para concluir, eu quero fazer um registro. Eu participei hoje, a convite do Sindicato das Indústrias do Vestuário, cuja Presidente é a Walquíria, de um momento muito importante na FIBRA – Federação das Indústrias do Distrito Federal, que foi o lançamento do Capital Fashion Week aqui no Distrito Federal. É a indústria da moda do Distrito Federal se mostrando para o mundo. O Capital Fashion Week é uma iniciativa da Márcia e do Renato Riella, que são duas pessoas extremamente queridas nesta cidade e que infelizmente têm muito pouco apoio do Governo do Distrito Federal. Eles têm apoio da APEX-BRASIL – Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e do Banco do Brasil, mas o Governo do Distrito Federal, muitas vezes, não dá o apoio necessário de que eles precisam.

Eu quero deixar o registro do meu repúdio a essa tentativa do governo de contratar OS, organizações sociais, para gerenciarem a saúde do Distrito Federal. Isso é crime. E creio que esta Casa não vai aceitar. Não pode aceitar em hipótese nenhuma.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Rodrigo Delmasso.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse lido o requerimento que eu acabei de protocolar junto à Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PDT. Sem revisão da oradora.) – Boa tarde a todos. Inicialmente, eu gostaria de agradecer à Deputada Liliane Roriz, que presidiu esta Casa com muita maestria e carinho.

Eu vou usar o Comunicados de Parlamentares desta tarde para fazer uma prestação de contas da nossa viagem ao Fórum Mundial das Águas.

É algo tão grandioso que nós tivemos a oportunidade de conhecer, Deputado Wasny de Roure, que o Brasil vai ter que se preparar muito para receber esse evento. É um evento que tem a participação de 177 países. Isso aqui, Deputada Luzia de Paula, é só o mapa das palestras que houve nos três dias de evento. É um caderno só dos temas que foram debatidos, das palestras em que os especialistas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	39

falaram do problema mundial da água. O Brasil vai precisar se preparar muito para receber este evento, principalmente nós, que seremos agraciados como anfitriões do Fórum Mundial das Águas.

Nós temos que entender que o problema das águas está relacionado diretamente com a questão da energia. Nós estamos demandando aumento do consumo de energia. Nós vamos aumentar o consumo da água nesse sentido.

A experiência, Deputado Ricardo Vale, é muito rica quando você conhece países que já fazem reúso de 60% a 70% da água; países que usam quase 90% da água dessalinizada. Só que isso é tecnologia, isso é caro. O Brasil precisa fazer uma gestão eficiente da sua água. Doze por cento da água do mundo se concentra no Brasil, mas nós estamos com problemas hídricos em São Paulo. O que significa isso? É a gestão. A gestão da água tem que ser eficiente.

Hoje os países que têm água em abundância têm, às vezes, preconceitos, paradigmas e falam: "Ah, não! Não vou usar essa água. Essa água é reciclada." Nós temos hoje mecanismos de tecnologia que fazem com que a água reciclada possa, inclusive, ser bebida, Deputada Luzia de Paula.

É uma pena que não se consegue ir a todas as palestras. Eu tive a oportunidade de conhecer o responsável pelas águas da Índia, Deputado Wasny de Roure, e ele dizia que, na Índia hoje, já há conflitos armados devidos à falta de água.

Então, eu queria convocar este Poder Legislativo, esta Casa, que foi oficialmente buscar a responsabilidade de trazer esse evento para o Distrito Federal, para nos anteciparmos para receber não só em termos de evento mundial, mas para receber com modelos que faremos evoluir nestes três anos até 2018.

As principais questões que foram debatidas, Deputada Luzia de Paula, foram: a avaliação dos impactos das mudanças climáticas; o planejamento integrado dos recursos hídricos; o foco na carência de coleta e tratamento de esgoto, que é uma coisa ainda que todos os países precisam desenvolver muito; as tecnologias de reúso e dessalinização, de que já falei; a questão da gestão, introdução, distribuição e consumo, produção; a capacidade operacional; os recursos públicos e privados; SDG, que é uma sigla muito usada na questão do uso da água.

Quero convidar todos os Deputados à primeira reunião que nós devemos fazer já no mês que vem com o Fórum Mundial das Águas.

Quero agradecer à ADASA – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do Distrito Federal, aqui na figura do Dr. Vinícius, e também à ANA – Agência Nacional das Águas, que foi muito bem representada também por um integrante seu.

O Brasil tem dado exemplo em alguns estados, mas nós sabemos que precisamos melhorar muito ainda, principalmente, Deputado Wasny de Roure, quanto ao saneamento, que é um grande desafio para nós. Estarmos participando e



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	40

conseguirmos, por meio desse grande conselho, buscar esse evento mundial mostra que nós estamos no caminho certo, mas precisamos nos preparar ainda muito mais para que não venhamos a sofrer um problema sério como a falta de água.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Deputada Celina Leão, permita-me inicialmente me dirigir à V.Exa. para cumprimentá-la pela participação no evento Fórum Internacional das Águas, lembrando que temos de reconhecer que esse foi um esforço do Governo Agnelo, com a participação da Adasa.

Eu me lembro muito bem de quando Brasília participou da reunião que deliberou pelo convite de o próximo encontro do Fórum das Águas ser em Brasília. Trata-se de um evento que prevê a participação de aproximadamente 40 mil pessoas previstas e que deverá ocorrer em Brasília. Brasília formalmente convidou e foi aceita. E o Dr. Vinicius, de fato, teve uma importante participação nesse processo.

Então, o Governador Rodrigo Rollemberg vai ter esse privilégio a partir daquilo que foi semeando no governo anterior, a exemplo do empréstimo ao Banco do Brasil. Foram liberados 500 milhões de reais. Tanto é verdade, que o Governador Agnelo Queiroz já havia assinado o contrato quando a direção do banco reconvidou... Entendo até ter sido extremamente deselegante, pois convidou-se outro governador, e já havia sido assinado um contrato com o Banco do Brasil, de liberação de um empréstimo de 500 milhões de reais.

Então, há que se reconhecer o esforço feito, e felizmente não houve interrupção, pela qualidade do processo da própria solicitação de empréstimo.

Sr. Presidente, quanto ao meu pedido aqui, em primeiro lugar, quero me reportar à publicação, a exemplo do que o Deputado Rafael Prudente nos informou, da cassação de três alvarás de funcionamento: duas empresas – uma academia e um posto de combustível – e uma igreja, Deputada Luzia de Paula.

A Igreja Batista do Lago Norte é uma instituição que está há quase trinta anos naquela região. Está sediada em um imóvel adquirido por licitação pública – não foi concessão de governo. Ela, com muito esforço, construiu a suas instalações e tem hoje uma membresia superior a seiscentas pessoas. Não é uma igreja de faz de conta, vamos assim dizer. É a maior – fora a igreja católica, que tem duas paróquias no Lago Norte – igreja evangélica daquela região.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	41

Fomos, não surpreendidos, porque eu já havia visitado o administrador, que me informou hoje também os motivos que decorrem, Deputado Rodrigo Delmasso, de uma liberação do alvará de construção... Os pedidos aditados na proposta originalmente apresentada já foram atualizados, mas, em função da mudança que o governo fez, centralizou-se na Codhab o processo de concessão dos alvarás de construção.

Esse é um dos motivos principais pelos quais um alvará de funcionamento de uma instituição... De duas, uma: ou o governo vai continuar fazendo de conta – porque a instituição vai continuar funcionando nas barbas do governo – ou vai mandar fechar. E, aí, vai-se envolver polícia e tudo mais. Vai ser um transtorno.

Creio que as autoridades foram um tanto quanto, respondendo a uma arguição do Ministério Público, precipitadas ao tentar cassar um alvará de funcionamento de uma instituição de peso como a IBLN.

Lamento que isso tenha ocorrido. Conversei há pouco com o Dr. Alberto Farias, que é o responsável pelos alvarás de construção. Chegamos a visitá-lo há mais de um mês, Deputada Luzia de Paula, para pedir prioridade, para que então pudessem ser corrigidas as formalidades necessárias. Lamentavelmente, hoje, encontramos este cenário: o Estado, que faz de conta que governa, e a população, que tem de sobreviver e precisa dar desdobramento a isso. Lamento esse quadro que estamos vivenciando, mas estamos tomando as devidas providências.

Infelizmente, a comunidade será sobressaltada com essa decisão que foi publicada hoje, no Diário Oficial, muito bem apresentada. Quero agradecer ao Deputado Rafael Prudente e a sua assessoria a presteza ao identificarem essa iniciativa.

Sr. Presidente e Deputado Chico Vigilante, apresentamos hoje ao Governo do Distrito Federal, na figura do Sr. Secretário da Fazenda, Deputada Luzia de Paula, um estudo feito pela Assessoria desta Casa, que felizmente possui um quadro com pessoas bastante competentes, em que identificamos, no transcorrer de pouco mais de dez anos do Fundo Constitucional do Distrito Federal, uma perda de quase 2 bilhões de reais. Deputado Rodrigo Delmasso, o senhor, que é da área de finanças, sabe que quase 2 bilhões de reais não é um montante pequeno.

Vou apresentar o estudo a cada um dos Srs. Deputados. Ele apresenta um cálculo ano a ano, atualizados os valores com o devido deflacionamento. Mas são quatro fatores, essencialmente. O primeiro deles é na forma do cálculo. O Fundo Constitucional, Sr. Presidente, é calculado pelo índice de crescimento da receita corrente líquida. A União faz uma correção desses valores nos primeiros anos do fundo. Essas alterações acabaram repercutindo uma diferença, só para o senhor ter ideia, Deputado Rafael Prudente, no ano anterior, de 2014, ou melhor, de 2015, da ordem de 128 milhões de reais.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	42

Naturalmente, já fizemos, com relação ao procedimento do cálculo, Deputada Luzia de Paula, um ofício para a Secretaria de Orçamento Federal, notificando a SOF e informamos o Sr. Governador.

O segundo elemento, Sr. Presidente, decorre dos empenhos que não são efetivados no final de cada um dos exercícios. Essa questão reporta-se ao montante de quase 500 milhões de reais. Sabe por que, Deputada Luzia de Paula? Isso, inclusive, aconteceu no Governo Agnelo.

Temos, por exemplo, um quartel a construir. Faz-se o projeto. "Ah, o projeto do Executivo teve (Ininteligível)." Não, não. O processo licitatório não saiu no ano. Encerrou-se o ano? Não é empenhado? O dinheiro retorna à União. Isso representou, nesse período, cerca de meio bilhão de reais.

Outra questão que temos, que é o terceiro fator, é o plano de saúde. Aqui há uma servidora da Polícia Militar, e espero que ela esteja me ouvindo. O cálculo, quando o policial militar contribui, é feito por dentro, Deputada Luzia de Paula. O que ocorre? A União deixa de repassar aquele dinheiro que é do Distrito Federal, porque é uma contribuição do servidor. O que a União faz? Ela glosa. Neste ano, o montante foi da ordem de 16,5 milhões.

Deputada Luzia de Paula, temos o quarto fator, e o senhor também, Deputado Rodrigo Delmasso, entende esta matéria: quando fazemos uma licitação com projeto executivo, empenhamos. Vem o ano seguinte. Entra em Restos a Pagar – RP, quando a matéria adentra o ano subsequente. Entrando em RP, nós vamos verificar que perdemos vários recursos em RP, em restos a pagar.

Esses quatro grandes elementos reportam-se a um montante da ordem de quase 2 bilhões de reais. É um montante apreciável, é um montante significativo para uma Unidade da Federação cujo orçamento hoje é da casa de 28 a 29 bilhões de reais. Portanto, é importante destacar esses elementos que reportamos ao Governo do Distrito Federal para que possa agir de maneira preventiva, evitando consequentemente maiores perdas para a população do Distrito Federal. Nós vamos ter, esta semana, uma reunião com o Tribunal de Contas porque queremos apresentar este estudo a exemplo do que fizemos na tarde de hoje com o Secretário da Fazenda.

Eu quero ainda, ao encerrar a minha palavra, Deputado Rodrigo Delmasso, me reportar a uma fala do Sr. Secretário da Casa Civil, Hélio Doyle, Secretário que todos nós respeitamos pela sua desenvoltura. Veja bem, quando nós temos, Deputada Luzia de Paula, o orçamento, ele é feito em base de pressuposições tanto do ponto de vista de despesas como de receita, mas deixar de noticiar que o Distrito Federal, no trimestre, teve um aumento da receita tributária da ordem de 20% é desconhecer que nós saímos de um período de dificuldade econômica do ano passado para este ano. Um aumento, no trimestre, de 20%, e só no mês de março – aí, é claro, existe a antecipação do IPVA – nós tivemos um aumento de 33%.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	43

Então não é anunciar simplesmente do ponto de vista do que foi previsto. Ora, uma taxa inflacionária ao redor de 7% e um crescimento de 20% em relação ao ano passado não é um desempenho? Desculpem-me, em período de recessão, um período em que o crescimento do País não é uma previsão alvissareira é desconhecer que nós temos muito mais a comemorar. Desculpem-me, não se trata de falar aqui em relação ao que foi previsto, trata-se de falar do que foi em relação ao ano passado. Em relação ao ano passado, houve sim um crescimento de 20%, e isso não pode se desconhecer porque isso é notoriamente publicado.

Portanto, a previsibilidade orçamentária mudou o cenário do orçamento, quando foi montado e encaminhado a esta Casa no final de agosto de 2014. Muita água passou por debaixo da ponte. É claro que toda previsibilidade, com a mudança do cenário econômico, muda a capacidade de arrecadação, mas ainda assim, eu desafio. Eu não tive o cuidado de olhar o crescimento tributário de outros estados, mas me aventuro aqui a dizer, Deputado Rodrigo Delmasso, que talvez Brasília tenha sido a cidade que teve o maior crescimento na arrecadação tributária. Eu ainda vou checar isso, farei a autocritica aqui se for necessário. Nós tivemos o que talvez seja a maior arrecadação em relação às outras unidades da Federação, mas vamos ver os números que são colocados para as outras unidades da Federação. Não vamos criar um clima derrotista, não vamos criar um clima de falta de soluções para o momento delicado que nós estamos vivendo porque o próprio governo publicou, Deputada Luzia de Paula, que, no bimestre, o superávit – aí se inclui também a transferência – foi da ordem, nos dois meses, de R\$1.207.000.000,00.

Então, a gente precisa ter muita responsabilidade ao tratar dos números. A gente espera que o Governo do Distrito Federal tenha também a altivez de comemorar a resposta que a população tem dado aos apelos que ele vem fazendo em relação ao seu desempenho. A população do Distrito Federal preza muito isso.

Quero ainda dizer, Deputada Luzia de Paula, e sei que o plenário já está desfalcado, que assisti nesse final de semana a uma cena que me deixou profundamente sensibilizado. Uma servidora da Secretaria de Saúde disse, num evento de que eu participava, que estava trabalhando no Hospital de Santa Maria, e as colegas e os colegas se reuniram e disseram: "Vamos recolher o nosso IPVA em Valparaíso que sai mais barato." – ou na Cidade Ocidental, posso ter errado o município.

Olha só, Deputado, a gravidade disso. Os servidores de um hospital público, cujo salário depende da receita do GDF, pensarem em transferir a placa do carro para pagar um IPVA menor. Mas, para admiração minha e reconhecimento dessa servidora – e me permita manter reservado o seu nome –, ela se recusou, se recusou, porque mora em Brasília, anda em Brasília. Ela disse: "Não posso aceitar a motivação e o convite que os meus colegas estão fazendo!" É transferir para o Entorno a receita de quem mora em Brasília por uns trocados, principalmente um servidor que depende do caixa do GDF para receber o salário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
22   04   2015	16h10	31 <sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA	44

PRESIDENTE (DEPUTADO RODRIGO DELMASSO) – Parabéns, Deputado Wasny de Roure.

Antes de encerrar a presente sessão, gostaria de retificar o resultado da votação nominal dos requerimentos e das moções apreciados. Houve 14 votos favoráveis e 10 ausências.

Também gostaria de informar que, em razão da aprovação do Requerimento nº 504, de 2015, de autoria de vários Deputados, a Sessão Ordinária de amanhã, quinta-feira, será transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei Complementar nº 14, de 2015, de autoria do Poder Executivo, que “altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, ‘que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no comércio local sul, do Setor de Habitação Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa de Brasília – RA I, e dá outras providências.’”

Não havendo mais *quorum* para deliberação e para continuidade dos trabalhos, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h18min.)